



BOLETIM MUNICIPAL SEVER DO VOUGA

1994

Nº29

IX CONGRESSO DA ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses)

Decorreu em Lisboa nos dias 25, 26 e 27 de Março de 1994

O Município de Sever do Vouga esteve representado pelos Srs. Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga
Transcreve-se a seguir, os discursos do Dr. Artur Torres Pereira, Presidente do Congresso da ANMP e Engº Mário de Almeida, Presidente do Conselho Directivo da ANMP, na Sessão Solene de Abertura.

Exmº. Senhor Ministro do Planeamento e da Administração do Território
Exmº Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Exmº Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Administração
Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente
Exmº Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses
Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Exmoºs. Convidados
Srs. representantes dos órgãos de comunicação social
Meus queridos Colegas, Amigos, Companheiros e Camaradas:

Saúdo, em primeiro lugar, V. Exª., Sr. Ministro, cujas qualidades pessoais, humanas, profissionais e políticas vos tornaram credor da estima e da admiração de todos quantos convosco puderam privar de mais perto, e cuja presença, neste Congresso, saudamos e agradecemos.

Em segundo lugar, permitam-me que dirija uma saudação muito especial- pelo significado histórico, cultural e político que tem a sua presença ao nosso lado neste IX Congresso da A.N.M.P.- aos autarcas responsáveis pelos Concelhos dos países africanos de língua portuguesa geminados com Concelhos portugueses, apelando a que esse movimento de geminação com a África que sente, vive (e sofre) em português prossiga, se intensifique e generalize, e frutifique.

Devemo-lo todos a nós próprios.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa são por nós devidos os agradecimentos de todos pela forma solidária como o Município de Lisboa acolheu este IX Congresso e como o seu Presidente sempre connosco se solidarizou.

Bem-haja.

Não poderei também deixar de agradecer, a todos os funcionários e colaboradores da Associação Nacional de Municípios, o imenso trabalho desenvolvido e o enorme esforço empenhado na preparação deste Congresso; e permito-me uma referência particular — porque sei, quasi diria como poucos, que não fazê-la representaria injustiça irreparável — ao nosso Secretário-Geral, Engº Artur Trindade, cujo trabalho foi, é, e será, pilar indispensável da vitalidade político-administrativa desta nossa Casa comum.

Permitam-me, todavia, uma saudação particular a todos os novos autarcas eleitos pela primeira vez dia 12 de Dezembro passado. Não podemos, especialmente hoje, deixar de vos transmitir as nossas mais calorosas saudações:

sede bem-vindos ao seio da família autárquica portuguesa, na qual, desde já, vos acolhemos de braços fraternalmente abertos.

E dizemos "especialmente hoje" porque tal se dá no Congresso da A.N.M.P..

No Congresso da nossa A.N.M.P., à qual tanto queremos e de que tanto nos orgulhamos.

Indagareis seguramente alguns de vós do porquê de tanto querer e da razão de tamanho orgulho. Cumpre-nos esclarecer-vos: o Amor sempre nasceu do conhecimento e da compreensão.

Em primeiro lugar, a A.N.M.P. nasceu da nossa **Vontade** e de mais ninguém.

Vontade expressa pelos autarcas provenientes dos 208 municípios que se fizeram representar em 16 de Setembro de 1983, no encontro realizado nas Termas da Piedade, em Alcobaça (a convite dos Municípios de Alcobaça, Nazaré, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche e Porto de Mós), encontro esse o primeiro convocado expressamente, com o fim de debater as melhores formas de constituir, a curto prazo, uma Associação Nacional verdadeiramente representativa dos Municípios portugueses e independente de vontades e de designios a eles alheios- daqui presto, a todos eles, a minha homenagem, cheinha de saudade, na pessoa do então insuperável anfitrião, Presidente Joaquim Rui Coelho.

Vontade antiga que, de resto, já anteriormente se fizera sentir, designadamente aquando do encontro que, em 21 de Julho desse mesmo ano, a pretexto do debate de questões pontuais relacionadas, se bem me recordo, com a EDP e com a actividade de funcionários municipais, havia juntado no auditório municipal da Figueira da Foz, pela primeira vez, autarcas oriundos de famílias partidárias diversas.

Vontade inabalável que encontrou, enfim, forma política e enquadramento legal no Congresso constitutivo da A.N.M.P., que teve lugar em 19 de Maio de 1984, também na Figueira da Foz, o qual ficou marcado por um saudável enfrentamento de concepções quanto ao futuro da A.N.M.P. que, paradoxalmente, ajudou posteriormente a sedimentar as regras morais de conduta política e os princípios de honra no relacionamento humano que nortearam a nossa Associação nos dez anos de vida que, inexplicavelmente rápidos, passaram desde então.

É por razões que só serão formal e aparentemente evocativas para quem, no nosso passado, não tenha estado que nos permitimos aqui saudar com particular satisfação o anunciado regresso activo à também sua Associação, neste Congresso realizado passados já dez anos sobre aquele de que foi

competente organizador e distinto anfitrião, do então e actual Presidente Aguiar de Carvalho.

Depois, porque se a A.N.M.P nasceu do nosso indomável voluntarismo, ela cresceu e implantou-se com base em **Princípios e Convicções**, transportados para a acção, através de critérios racionalmente sistematizados e evolutivamente assumidos.

Convicção metodológica na virtualidades do Diálogo de boa-fé como meio instrumental insubstituível na busca dos consensos indispensáveis à obtenção de um máximo espaço de convergência possível entre teses e entre pessoas, e não apenas o menor espaço de divergência entre as primeiras, as teses, ou entre as últimas, as pessoas.

Convicção tendencial sobre a necessidade dos autarcas se manterem, todos eles, unidos e coesos em torno do essencial da razão autárquica que os legitima, e de, por ela, (e só por ela), serem os eficazes porta-vozes das quotidianas aspirações dos cidadãos junto de quem de dever ou quem de direito.

Convicção pedagógica no mérito dos métodos e das formas de acção - visando sempre a dignificação da Democracia e a respeitabilidade do Poder Local democrático — que sempre nesta Casa utilizámos para expor com clareza as nossas teses, para defender com energia as nossas posições ou para assumir com frontalidade as nossas razões, no respeito integral pela legitimidade dos diversos órgãos de soberania e na rigorosa observância das regras de civilidade e de civismo para com todos sem excepção.

Convicção apaixonada numa indispensável perspectiva altruística do nosso labor: a de sabermos só valer a pena merecermo-nos, através daquilo que conseguirmos fazer pelos outros, e não por aquilo em que, eventualmente, nos pudemos vir a tornar, ainda que através do nosso próprio mérito; isto é, como disse Jean Monnet, ... "é preferível fazermos coisas a sermos alguém"...

Estas convicções éticas que nos irmanaram, estas convicções morais que nos uniram, estas convicções políticas que nos aproximaram foram e são bem o fermento cultural fraternalmente aglutinador de todos nós, e a base do pensamento e da acção da A. N. M. P..

O exercício de diálogo permanente — refiro-me naturalmente ao verdadeiro, e não a um qualquer seu hipócrita sucedâneo —, a procura incansável de consensos, o respeito por legítimas divergências e a civilidade nos comportamentos são atributos publicamente reconhecidos como distinguindo a A.N.M.P. de quaisquer instituições.

A nossa Associação constitui valor acrescentado da nossa Democracia - será abusivo, à luz do ocorrido nos últimos 20 anos da nossa História, considerá-la culturalmente com o valor acrescentado da nossa Democracia?... por ter constituído desde a sua origem, no nosso país, uma forma original de pensar e praticar politicamente a democracia, assente em bases culturais próprias, caldeadas nas suas apenas aparentemente incontornáveis contradições, e sedimentadas pelas provações e pelas dificuldades experimentadas nos difíceis primeiros passos da sua afirmação como interlocutor válido e respeitado na cena política e internacional.

Há, efectivamente, uma cultura própria da A.N.M.P..

Cultura própria que assenta, desde logo, numa Amizade pessoal profunda entre colegas, alicerçada num constante e responsável trabalho em prol das populações do nosso bem-amado Portugal, cimentada na aprendizagem quotidiana da tolerância e do respeito mútuos pelos defeitos e pelas qualidades de outras pessoas que, apesar de oriundas de áreas políticos ou de famílias partidárias divergentes ou até mesmo antagónicas, apesar disso tudo se respeitaram e se estimam, de forma gratificante, para si próprias para o seu trabalho.

Cultura própria que aproxima, quando tudo parece apostado em afastar.

Que federa, quando tudo parece explodir.

Que racionaliza, quando tudo tende a apaixonar.

Que modera, quando tudo se radicaliza.

E é esta cultura bem própria da nossa A.N.M.P. que a torna na instituição que, porventura, mais honrará, na pureza ainda milagrosamente preservada dos seus princípios e das suas convicções, a generosidade própria daqueles outros não menos generosos princípios que presidiram ao espírito genuíno e autêntico do 25 de Abril, ao qual nos mantemos, teimosamente, fieis 20 anos já passados, apesar dos desencantos que gerou e das frustrações que acarretou, cientes que estamos da sua razão histórica, da sua razão política e da sua razão moral.

Dentro de exactamente um mês terá lugar o 20º aniversário do 25 de Abril:

celebre-mo-lo já aqui condignamente, fazendo da coesão com que sairmos deste IX Congresso da A.N.M.P. o melhor presente de aniversário que podem oferecer os autarcas portugueses a todos quantos o quiserem aceitar.

É de todos sabido que, face ao nosso passado, chegámos a este Congresso com uma estreita margem de manobra, num equilíbrio instável e difícil de manter.

Todos nós somos nós, mais as nossas circunstâncias. E as circunstâncias dos autarcas são múltiplas - concelhias, autárquicas, históricas, clubísticas, partidárias - cada uma delas influenciando, em proporções variáveis, de acordo com o nosso temperamento e com a nossa sensibilidade, na determinação da resultante de todas elas, que é o nosso comportamento em cada momento.

Este momento, o actual momento, era muito delicado; o nosso comportamento, o nosso actual comportamento, era, em princípio, imprevisível.

Todavia, graças à nossa vontade de preservarmos este património cívico e político que é o nosso, e que é de Portugal, conseguimos, uma vez mais, unirmo-nos no essencial.

Honramos os nossos princípios. Alicerçámos as nossas convicções.

Respeitámo-nos a nós próprios. Mais uma vez nos demos a respeitar.

E não podemos por elementar princípio de justiça, deixar de agradecer o empenhamento de todos quantos porfiaram para que a palavra chave desta Associação continue a ser "*Equilíbrio*".

Sr. Presidente Mário de Almeida:

Ambos sabemos muitíssimo bem - porventura melhor que mais ninguém - que não vão ser fáceis os tempos que se aproximam. Os riscos serão enormes; a sua margem de manobra é estreita.

A sua responsabilidade é e será imensa na preservação dos equilíbrios, agora mais exigentes e desgastantes, que sabemos serem imprescindíveis observar para que a Associação que amamos - e através dela as causas em que acreditamos e as ideias que defendemos - saia sempre mais forte e prestigiada. Eu confio em si. Nós confiamos em si.

E note que a confiança dos outros é o mais precioso capital de que um político pode dispor. Para honrar. Honrando os outros e honrando-nos a nós próprios.

Meus queridos Colegas, Amigos, Companheiros e Camaradas:

Quem parte, leva saudades; quem fica, saudades terá - ou não...

Quem parte, leva num coração a sangrar o seu quinhão afectivo do passado; quem fica, prepara a razão para o futuro que há-de vir.

Quem parte, podeis estar seguros que leva inalterados os seus princípios e inabaláveis as suas convicções; quem fica, estou seguro que assumirá a responsabilidade de defender estas e preservar aquelas.

Mantenhm-se ligados a esta Casa e a esta Gente, porque esta é a vossa Casa e esta é também a nossa gente!

Até sempre.

Damos hoje início, nesta Lisboa - cidade capital que tão bem nos tem sabido receber nos bons e nos momentos difíceis - ao IX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Magna Reunião dos autarcas lusos, há-de ela constituir-se, na qualidade dos trabalhos e na harmonia dos interesses gerais, em mais uma relevante página da importante História do Poder Local Democrático no nosso país.

Firmes nas convicções, inabaláveis nos princípios, generosos nos sentimentos, os autarcas portugueses, legítimos representantes do nível da Administração mais próximo do cidadão, reiteram o assumir das suas responsabilidades, renovam público testemunho do espírito de serviço que os norteia.

Hoje, como ontem, continuamos, sem excepção, empenhados na dignificação da pessoa humana, na permanente melhoria das condições de vida daqueles que, em indesejável manifestação da força local do Poder Local, massivamente nos elegeram em 12 de Dezembro.

Não são de agora os valores que nos animam. E se a ancestralidade do municipalismo português é realidade inquestionável, permitam-me uma breve referência a essa até há bem pouco desconhecida iniciativa que foi, em Junho de 1910, o Congresso Municipalista do Porto.

Percursos destes nossos trabalhos, já naquela época, anterior à República, "eleitos autárquicos de numerosas Câmaras, incluindo a de Lisboa", se sentavam à mesa comum para debaterem questões que, afinal, permanecem matéria

candente e de difícil resolução ainda nas nossas gestões.

Lamentável constatação, a actualidade da luta desses nossos antecessores apenas é longínqua no tempo. Pois, a par de preocupações nas áreas da educação, do trabalho, da pobreza, da protecção ambiental, exigiam já *"maiores dotações financeiras e uma lei-quadro tendente a evitar decisões arbitrárias do Terreiro do Paço sobre as Câmaras"*.

Quanto longa vai - e afinal bem curta se mostra -, a caminhada no sentido da emancipação e da dignificação do Poder Local, quanto estóica e perseverante tem sido, anos fora, a luta dos autarcas em favor do bem estar das suas populações...

Mas regressemos aos dias de hoje, a estes trabalhos de um Congresso de renovação, de pessoas e de ideias, que quer manter, como valor inalienável, formas de comportamento que nos individualizam aos olhos da opinião pública.

Renovação de pessoas, posto que, na sequência das recentes eleições, pela primeira vez chegam ao seio da grande família autárquica portuguesa, inúmeros novos eleitos locais, a quem particularmente saudamos num abraço de Boas Vindas.

O seu entusiasmo e disponibilidade, caldeados pela maturidade e experiência dos mais velhos, serão, com certeza, a garantia da renovação continuada sobre a qual assenta a permanente afirmação de indelével vitalidade da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Mas renovação de ideias, também, porque os desafios da modernidade obrigam-nos a encontrar de outras respostas a antigas e novas questões, de entre as quais avultam a preservação do nosso património natural e construído; a revitalização do mundo rural; a reabilitação do meio urbano; o acesso das populações à informação e às novas tecnologias; a democratização da fruição da cultura; a criação de uma nova consciência dos cidadãos vocacionada para uma crescente intervenção cívica.

Os desafios de hoje são muitos e diversificados. Sem esquecermos o passado, é urgente a angariação dos meios que viabilizem uma agilização da gestão das autarquias, através do reforço da autonomia administrativa e financeira; a atribuição de valor reforçado à legislação estruturante do Poder Local; a construção de uma nova Lei de Finanças Locais; a definitiva institucionalização do diálogo como via para a necessária e indispensável contratualização entre os Poderes Central e Local.

Segura dos valores que a enformam, a ANMP vai dar serena e rigorosa continuidade aos princípios ético-políticos adoptados desde a primeira hora. Que emanam, na sua essência, da certeza de que a nossa Associação foi concebida como instituição pluripartidária de âmbito nacional, consubstanciada na directa defesa das populações e dos interesses dos Municípios e das Freguesias que representa, no estreito respeito pelas regras formais e pelas razões substantivas da democracia representativa.

A nossa Escola está feita e sedimentada, nada nos fará mudar na linha de rumo despartidarizada e determinada que todos delineamos.

Num país que assenta o essencial da sua raiz histórica num municipalismo estruturante, muito caminho há para fazer, contudo, no reequilibrar das funções das Freguesias, no reforço da presença política dos Municípios, na institucionalização das Regiões Administrativas no continente.

Mas a modernidade, os avanços qualitativos, os novos anseios sociais e económicos das populações implicam, também, outros rumos para o Poder Local, enquanto as exigências de Maastricht obrigam a profundas transformações que conduzam, cada vez mais, como sempre defendemos, ao aproximar das decisões do poder ao cidadão. Os princípios de subsidiariedade e da parceria, ambos apeladores à descentralização, encontram no municipalismo o parceiro privilegiado, e os autarcas portugueses, porque efectivamente empenhados em continuarem a bem servir nas suas Colectividades Territoriais, aceitam os desafios e reafirmam-se disponíveis para, enquanto aprofundam responsabilidades, terem ampliadas as suas competências. Desde que, acompanhadas dos imprescindíveis meios, delas resulte, inequivocamente, uma melhoria dos serviços prestados à comunidade em geral.

Senhor Ministro,
Senhor Presidente,
Caros Congressistas,

Os Congressos electivos constituem, por essência, momento de reflexão sobre percursos feitos, sobre trilhos a desbravar na caminhada a que nos propomos. Termina um mandato - e com ele se encerra mais um ciclo de vida da ANMP - chegam até nós novos elementos, catalizadores de energias que hão-de remoçar e revigorar o municipalismo que abraçamos.

Força essencial de progresso, motor de desenvolvimento da nossa sociedade, o

Poder Local, na sua verdadeira dimensão, tem de ser inequivocamente compreendido e estimulado.

Sem nada termos a recear, seguros do apoio dos cidadãos, iremos sempre, serenamente, cada vez mais, adiante.

Não foram fáceis, para o Poder Local português, os tempos que balizaram o mandato que agora se conclui. Quadros eivados de alguma centralidade ultrapassada esbateram o aparelho legal enquadrador e limitaram às autarcas a capacidade financeira asseguradora de desejável autonomia.

O enorme potencial de realização governativa que se reconhece discursivamente aos Municípios - e que deveria ser bem rentabilizado na optimização do desenvolvimento económico e do progresso social - foi parcelarmente secundarizado, dele resultando inaceitáveis prejuízos para as comunidades locais, que continuam a ver como miríficos os níveis de qualidade de vida generalizadamente usufruídos na Europa em que nos integramos.

Foi longa, coerente e substantiva a luta travada pela ANMP no sentido de se inverterem tendências centralistas da Administração. Mas a tamanho esforço, assumido por todos os que integraram o Executivo da Associação, corresponderam irredutíveis lamentáveis que, inviabilizando muitos dos nossos esforços, tomaram, contudo, mais coesa a dinâmica do Municipalismo português.

O mandato que agora se conclui foi, seguramente, um tempo de inteira coesão ao redor dos grandes projectos da nossa Causa. A ANMP é o espaço conglomerador que alcançou reunir todas as autarquias nacionais, pleno que só foi possível na sequência de posturas correctas, coerentes e fundamentadas de todos os autarcas que, companheiros da mesma viagem de trabalho, com o Conselho Directivo estiveram no Congresso, no Conselho Geral, no Conselho Fiscal, no Conselho Consultivo. Para eles, os meus agradecimentos, o Bem Hajam pelo tanto que deram ao municipalismo e à Associação.

O Poder Local não tem podido governar com os meios a que faz jus de pleno direito. Mas saberemos demonstrar que, apesar disso, administraremos bem os recursos disponíveis.

Num tempo de mundialização da vida colectiva dos povos, este Congresso há-de também reflectir sobre o plano internacional, desde logo, no quadro europeu onde instituições como o Parlamento e a Comissão Europeia, o Comité das Regiões, o Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CCRE), e o Conselho da Europa, através do Congresso dos Poderes Locais e Regionais (CPLRE), se tornaram imprescindíveis instrumentos de um trabalho que queremos mais profíquo.

A par da Europa, desejamos ser, por projecto e vocação, claros protagonistas numa complementar abertura para sul, particularmente em direcção à África que fala português, e com a qual estabelecemos já acordos de cooperação que urge implementar, na sua globalidade, tendo em vista a imperativa aproximação de autarquias ou colectividades territoriais afins dos países de língua oficial portuguesa.

Ao saudar, de forma muito efusiva, os seus dirigentes locais aqui presentes, a ANMP não podia deixar de expressar o sentimento de que esta ligação, que almejamos mais efectiva no terreno do que na letra protocolar, seja contributo concreto no reforço dos laços de amizade e de intensificação dos esforços de colaboração que hão-de dar novo sentido - e centralidade - à periferia europeia que caracteriza o nosso país.

Porque não quero ser longo, quedo-me por aqui, para continuarmos.

Na certeza de que guardaremos como atitude muito nossa a ética por que nos regemos, pesem embora os desencantos e os escolhos que nos toldam os caminhos.

Persistiremos na virtualidade do diálogo, enquanto instrumento preferencial e insubstituível na procura dos consensos indispensáveis.

Reafirmaremos a necessidade dos autarcas se manterem, todos eles, coesos ao redor da razão autárquica que os move e nos transforma em porta-vozes das aspirações quotidianas dos cidadãos.

Respeitaremos a forma e os meios que, em consonância plena com a dignificação da democracia e do Poder Local, sempre utilizamos para expor, com clareza, as nossas razões, para defender, com entusiasmo, as nossas teses, para assumir, com vigor, no respeito pela legitimidade dos diferentes Órgãos de Soberania, as nossas posições.

Nesta Casa que nos é comum, com o entusiasmo e serenidade que nos são próprios, olhando Portugal e os portugueses, afirmamos que, por eles, viemos unidos e continuaremos unidos para sermos ainda mais fortes.

INFORMAÇÃO AOS ESTUDANTES

Assunto PEJENE- Programa de Estágios de Jovens Estudantes nas Empresas

Exmo. Senhor.

A exemplo de anterior, a Fundação da Juventude, o IAPMEI, o IEFP, a Caixa Geral de Depósitos, a Companhia de Seguros Império, e o Banco de Fomento e Exterior, estão a promover a 2ª edição do programa supra referido.

Assim, a Fundação da Juventude vem, por este meio, enviar a V. Exa cartazes, folhetos informativos e fichas de inscrição do PEJENE- Programa de Estágios de Jovens Estudantes nas Empresas, para divulgação nesses serviços, quer junto do público em geral quer junto das empresas.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para realçar que as inscrições só poderão ser efectuadas até ao **dia 31 de Maio**, e que todas as informações complementares acerca do PEJENE deverão ser solicitadas à Fundação da Juventude, no Porto ou em Lisboa.

Agradecendo toda a colaboração que possa prestar, ficamos ao inteiro dispor de V. Excia para o envio de mais documentação, caso entenda por conveniente.

Sem outro assunto, de momento, sou a enviar os melhores cumprimentos
A Directora Geral
(Maria Galdes)

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27/01/94

Resumo

* Código do Procedimento Administrativo: Deliberado por unanimidade estabelecer e dar a conhecer com a antecedência de 48 horas a ordem de trabalhos de cada reunião, estabelecer um período de 30 minutos depois de concluída a ordem dos trabalhos, para ser usado por qualquer um dos membros e delegar no Sr. Presidente a instrução de qualquer processo de Procedimento Administrativo.

* Material de Informática: Deliberado aguardar a instalação do material de informática, uma vez que está em fase de conclusão o processo, através do Agrupamento da Região Bairrada/ Vouga para a referida aquisição.

* Escola de Rocas - Colocação de duas janelas: Adjudicado o referido fornecimento a Manuel Dias Martins, pelo valor de 69.500\$00.

* Aquisição de mobiliário para os serviços: Deliberado adquirir o seguinte mobiliário:

À LEKIMÓVEL -

- Um armário - 51.280\$00
- Três armários - 129.840\$00
- Um balcão - 208.160\$00

À LEMIS

- Um armário - 28.400\$00
- Dois armários - 56.800\$00
- Três armários - 99.600\$00

* Seguros dos eleitos locais: Deliberado inscrever no seguro de acidentes pessoais, quando em serviço todos os membros eleitos que compõem os órgãos da Autarquia Local, para o presente mandato.

* Concurso público para provimento de Vaga de Médico Veterinário: Deliberado alterar a constituição do júri para o referido concurso.

* Colocação de cadeiros de iluminação pública: Deliberado aprovar, para execução, o orçamento para colocação de lâmpadas públicas, em diversos locais do concelho.

* Propostas: Deliberado solicitar propostas para aquisição de um chaveiro e de uma mola para um porta destinados ao Pavilhão.

* Subsídios concedidos: Deliberado conceder os seguintes subsídios:

- À Associação de Professores do Ensino Primário, a quantia de 300.000\$00, para despesas de manutenção, a título de reembolso do subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian:

- Ao Vouga Sport Clube, o subsídio de 250.000\$00, última prestação do subsídio concedido em 1989, para aplicação na Pista do Roçário;

- Ao Conselho Directivo da Escola Preparatória a quantia de 50.000\$00, para actividades escolares.

* Controle de qualidade da água - Propostas: Deliberado remeter as propostas aos Serviços Técnicos para uma análise mais cuidada e elaborar a correspondente informação, de modo a habilitar a Câmara a tomar uma decisão posterior.

OBRAS

* Levantamento de suspensão de trabalhos: Aprovados os pedidos de levantamento de suspensão dos trabalhos nas seguintes obras: Arruamento de acesso às Escolas Preparatória e Secundária, Caminho de Silveira a Carrizado e Largo do Nicho com Variante a Romezal.

* Revisão de preços: Deliberado aprovar a revisão de preços, apresentada pela Firma António dos Santos Neves.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

1- Informações prévias

Primeiro- Foi emitido parecer favorável ao seguinte pedido:

- De João Pereira Henriques, de Cruzeiro - Pessegueiro do Vouga;
- De Armindo Tavares da Silva (filho), de Rocas;
- De Eulália Rodrigues da Loura, de Nogueira - Pessegueiro do Vouga;
- De Carlos Tavares Martinho, de Parada - Couto de Esteves
- De Helena Pereira dos Santos, da Barca - Pessegueiro do Vouga

2- Projectos de arquitectura

Primeiro- Foram deferidos os seguintes projectos:

- De Samuel Tavares, de Lameiras - Couto de Esteves;
- De Diogo António Bastos da Silva, de Cedrim;
- De Lino da Costa Pereira, de Beduído - Estarreja;
- De Maria Dolores da Silva Tavares Soares, de Souto-Chão - Rocas
- De Vasco da Silva Guerra de Nogueira - Pessegueiro do Vouga

2- Aprovações definitivas

Primeiro - Foram aprovados definitivamente os seguintes pedidos:

- De Domingos Pires de Almeida, de Vilarinho;

- De Hilário Mendes Coutinho, da Granja - Rocas;
- De Belmiro Tavares da Fonseca, de Souto-Chão - Rocas
- De Fábrica da Igreja de Pessegueiro do Vouga, para construção de uma Capela, no Lugar do Muro;
- De Toni Emanuel Lopes de Figueiredo, da Vila;
- De Manuel de Jesus Pereira, de Felgares - Silva Escura;
- De Modesto Domingos Pereira, do Azibal - Sever do Vouga;
- De Firmino da Costa Oliveira, do Valdante - Silva Escura;
- De João de Araújo Ribeiro, de Paçô - Cedrim;
- De Víctor Manuel Martins Rodrigues, do Borrhal - Rocas;
- De Joaquim de Pinho Martins, de Domelas;
- De Rui Fernando Pereira Martins, da Vila.

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10/02/94

Resumo

* Seminário: Deliberado autorizar o Vereador Professor Manuel Nunes Martins a inscrever-se no seminário sobre Gestão Municipal.

* Concursos externos para admissão de pessoal- Júris e programas das provas: Considerando que a Câmara em sua reunião do passado dia 22 de Dezembro, deliberou abrir concurso externo para provimento de 4 vagas de 3º oficial: que por despacho do Presidente, respectivamente de 12 e 14 de Janeiro próximo passado, no uso da sua competência delegada, foi publicada a oferta de emprego, por contratação a termo certo e pelo meramente transitório tempo de 6 meses, de 1 lugar de Fiscal Municipal de 2ª classe, e ainda determinada a abertura de um concurso público externo para ingresso numa vaga de Aferidor de pesos e medidas (Experimentador metrológico), deliberou a Câmara por unanimidade, depois de tomado conhecimento:

PRIMEIRO- Que o júri por estes concursos e para todos os outros, incluindo para contratações a termo certo ou contratados Administrativos de provimento, seja constituído para todo o mandato de forma seguinte:

PRESIDENTE:- Engº Juvenal Alcides da Silva Costa: VOGAIS EFECTIVOS:- Vereador Professor Manuel Nunes Martins, que substituirá o Presidente nas faltas ou impedimentos e o Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos, Fernando Soares Ramos; VOGAIS SUPLENTE:- Doutora Lúcia Maria Ferreira e António Martins Pereira (Artº 3º do Dec. Lei nº 52/91);

SEGUNDO- De acordo com o que determina o artº 7º do Decreto Lei nº 498/88, de 30/10, aplicável por força do artigo 9º, nº 1 do Dec. Lei nº 52/91, de 25/01, são fixadas as seguintes matérias para as provas dos concursos acima referidos:

a) 3ºs Oficiais:- Uma prova prática de dactilografia com a duração de 45 minutos relativa à redacção de um ofício: Uma prova teórica de conhecimentos, com a duração de 2 horas, que versará sobre a seguinte legislação: Organização e Gestão das Autarquias (Dec. Lei nº 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelas leis 25/85, de 12 de Agosto, 18/91, de 12 de Junho e 35/91, de 27 de Julho); Regime Jurídico do Pessoal (Dec. Lei nº 24/84, de 16 de Janeiro); Regime de Férias, Faltas e Licenças (Dec. Lei nº 497/88, de 30 de Dezembro); Recrutamento e selecção (Dec. lei nº 498/88, de 30 de Dezembro e 52/91, de 25 de Janeiro); Finanças e Contabilidade (Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro e alterações do Dec. Lei nº 470-B/88, de 19 de Dezembro); decreto Lei nº 341/83, de 21 de Julho; Código do Procedimento Administrativo, Decreto Lei nº 442/91, de 15 de Novembro.

b) Aferidor de Pesos e Medidas - Além da entrevista profissional de selecção, uma prova escrita de conhecimentos que versará as matérias do Dec. Lei nº 100/84 e respectivas alterações: Estatuto disciplinar (Dec. Lei nº 24/84, de 16 de Janeiro; Decreto Lei nº 291/90, de 20 de Setembro e Regulamento do Controlo Metrológico (Portaria 962/90, de 9 de Outubro);

c) Fiscal Municipal (Contratado):- Entrevista profissional de selecção

com perguntas sobre organização e gestão das Autarquias Locais;

Nomeação de Arquitecto: Deliberado nomear o Arquitecto António José Guedes e Silva

* Vencimentos da Função Pública: Deliberado aplicar a Portaria nº 79-A/94, de 04/02.

* Controle da Qualidade da água - Concurso limitado - Adjudicação - Deliberado adjudicar à proposta mais favorável, pelo valor de 1.560.000\$00, à Empresa Duperno.

* Participação das freguesias no FEF: Deliberado proceder ao processamento e entrega a cada uma do valor correspondente a 50%.

* Sedes de Junta - Subsídios: Deliberado entregar, na medida das possibilidades, os subsídios constantes do Plano de Actividades.

* Aquisição de um prédio- Pensão Bela Vista: Analisada a carta da Sociedade denominada "O Sítio da Tomásia"- Empreendimentos Turísticos, SA", que decidiu alienar o prédio referido pela quantia de 75.000.000\$00, que será satisfeita do seguinte modo:

- 1º pagamento de 35.000.000\$00, até finais do mês de Março e os restantes 40.000.000\$00 não vencerão juros e deverão ser pagos durante o corrente ano. Deliberado decidir a favor da aquisição e remeter à Assembleia Municipal para se pronunciar nos termos legais e mandar proceder à valiação.

* Publicidade na via pública: Deliberado indeferir o pedido apresentado pela Sinat por razões de ordem estética.

* Ocupação da via pública: Deliberado deferir a petição de António Manuel Oliveira Nogueira, o qual pretende ocupar o espaço do domínio público anexo ao Jardim ou Parque Infantil da Vila com a implantação de um quiosque e esplanada.

* Escola Secundária - Subsídio: Deliberado conceder um subsídio no valor de 20.000\$00, para despesas com desfile de Carnaval.

* Indemnização- Subsídio: Deliberado atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Rocas, no valor de 2 milhões de contos, para pagamento de uma avultada indemnização ao inquilino de uma casa da Junta de Freguesia, Sr. Graciano Soares da Fonseca.

* Telemóvel- Propostas: Deliberado remeter as propostas recebidas para os Serviços Técnicos analisarem.

* Pedido de aposentação: Deliberado aprovar o pedido do funcionário Raúl Martins Correia.

* Reclassificação de funcionários: Deliberado proceder às formalidades necessárias à concretização da nomeação do Sr. Adérito Martins Coutinho, António Coutinho Martins e António Tavares Soares.

OBRAS

* Caminhos Florestais: Aprovado pela CNEFF para o corrente ano, o Caminho Florestal da Pedra Moura ao Cabeço do Mato (6.351.450\$00) e o Caminho, das Capelinhas da Serra à Foz do Vouga (4.579.500\$00).

* Abertura de concursos públicos e limitados: Deliberado abrir concurso para as seguintes obras:

- Abastecimento de água à freguesia de Pessegueiro;
- EM 569- Troço de Couto de Cima ao Vilarinho;
- Arruamento A e B da Zona Industrial de Sever do Vouga;
- Beneficiação e Pavimentação do C. M — do Vilarinho ao Vale Grande — Talhadas — (Deliberado abrir novo concurso, uma vez que a proposta mais favorável excedia em mais de 20%).

* Seguros cauções: Apresentadas pela Firma Construtora Paulista as apólices relativas às obras "Construção de um Parque Infantil e Construção de um Cemitério em Rocas".

* Auto de medição: Aprovado o auto de medição nº 9, relativo à EN 16, no montante de 15.802.250\$00.

* Expropriações amigáveis: Foram apresentados os seguintes autos:

1- CM 1499 - Silveira a Carrazedo - Cedência feita por Álvaro das Neves, pelo valor de 500.000\$00, assumindo a Câmara os restantes compromissos referidos nesse auto;

2- CM do Cruzeiro ao Mosqueiro - Cedência feita por António Rodrigues da Cruz, gratuitamente, assumindo a Câmara os compromissos referidos no auto: Herdeiros de Mário de Almeida, pelo valor de 400.000\$00, ficando a madeira para os proprietários; Cedência gratuita feita por Mário Martins de Almeida assumindo a Câmara os compromissos referidos no auto.

* Obras Municipais - Informações dos Serviços Técnicos:

1- Caminho de acesso às Póvoas- alteração de valeta;

2- Caminho da Remolha às Escolas, em Silva Escura alteração da plataforma deste caminho.

* Ampliação de redes de água: Apresentadas as estimativas de custos relacionadas com a ampliação das redes de água de Cedrim (183.553\$00). Remolha — Silva Escura (109.059\$00).

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

1- Informações prévias

Primeiro - Foram indeferidos os seguintes pedidos de viabilidade:

- De Alberto Jesus P. da Silva, de Rocas - Pessegueiro do Vouga;
- De Raúl da Costa Silva, da Vila.

2- Projectos de arquitectura

Primeiro- Foram deferidos os seguintes projectos:

- De António de Lemos Pereira, das Leiras - Sever do Vouga;
- De José Augusto Pereira, de Paçõ - Cedrim;
- De Maria Isabel Henriques Bastos, do Muro - Pessegueiro;
- De Soares & Carvalheira, de Maceira de Cambra;
- De Vasco Martins Pereira e Miguel de Almeida, de Pessegueiro;

3- Aprovações definitivas

Primeiro- Foi indeferido o seguinte pedido:

- De José Valeriano Domingues, de Paçõ - Cedrim, foi notificado nos termos do O.P.A.

Segundo- Foram aprovados definitivamente os seguintes projectos de arquitectura:

- De Luís Miguel Tavares Rodrigues, do Azibal - Sever do Vouga;
- De Manuel Gonçalves da Costa, de Castelões - Silva Escura;
- De Samuel Tavares, das Lameiras - Couto de Esteves.

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/02/94

Resumo

* Aquisição de bens. Deliberado adquirir:

1- Telemóvel para a viatura da presidência à Telnog, pelo valor de 129.900\$00;

2- Aquisição de mobiliário- Deliberado adquirir à Papelaria Marlinda dois armários, pelo valor de 37.900\$00.

3- Artigos para o Pavilhão- Adjudicar à Fabrigimno, o fornecimento de dois tapetes, pelo valor de 12.500\$00.

* Subsídios: Deliberado atribuir um subsídio no valor de 20.000\$00 para ajuda do Cortejo do Carnaval à Associação Desportiva e Recreativa Senhorinhense e aos Bombeiros Voluntários uma prestação do subsídio inscrito no Orçamento.

* Pagamento de juros: Deliberado efectuar o pagamento dos juros às empreitadas em que os autos foram pagos para além dos prazos regulamentares.

* 1ª Alteração Orçamental: Deliberado aprovar a referida alteração.

* Seguros dos eleitos locais: Aprovados os referidos seguros e deliberado

comunicar à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Companhia de Seguros Império.

* Seguro de pessoal: deliberado proceder ao seguro do pessoal que está ao serviço do Município ao abrigo da Portaria 145/93 e pagar o respectivo subsídio de alimentação.

* Consultas feitas- Abertura de propostas: Responderam as seguintes firmas:

1- Publicação na Imprensa Local, Regional e Nacional - "Terras do Vouga", "Correio de Sever do Vouga", "O Aveiro", "O Primeiro de Janeiro", "O Comércio do Porto", "Jornal de Notícias" e "O Público".

2- Aluguer de equipamento para obras: Maquimonte, Varela & Batista, Campitera, António dos Santos Neves, Armelim da Fonseca Marques, Alcino Marques, ASO, Construtora Paulista, Manuel Francisco de Almeida, Adelino Soares Dias.

3- Aquisição de cimentos - Sociedade de Madeiras do Vouga, Adelino Soares Dias, Armelim da Fonseca Marques e Bastos e Amaral;

4º - Aquisição de Inertes — Piçarra & Ribeiro, Construtora Paulista, Pedral, Brimo e Adelino Soares Dias.

5- Aquisição de Asfaltos e massas betuminosas- Petrogal, Repsol, Cepsa e Rosas Construtores.

Deliberado adquirir, sempre que necessário, pelos preços mais favoráveis.

OBRAS

* Obras em curso: Foram apresentadas pelos Serviços Técnicos Municipais o pedido das seguintes prorrogações:

- Reparação, alargamento e pavimentação de seis caminhos;
- Beneficiação e pavimentação de nove estradas e caminhos;
- Arruamento de acesso às Escolas Preparatória e Secundária;
- CM 1499- Silveira a Carrazedo;
- CM do Cruzeiro ao Mosqueiro.

Aprovados os trabalhos complementares nas seguintes obras:

- Beneficiação e pavimentação de seis estradas em Paradela, Cedrim e Talhadas - Fornecimento e aplicação de rede plastificada, revestimento do talude com relva e outras espécies vegetais, na zona da escola;

- EM 554- Silva Escura ao limite do concelho - Trabalhos a mais relativos à execução de aquedutos em manilhas.

* Cedência amigável: Deliberado assumir os compromissos constantes do auto de expropriação amigável do Sr. Mário Martins Pereira, a parcela foi cedida gratuitamente.

* Autos de Medição: Aprovados os seguintes autos de medição:

- Auto nº 4, "Caminho do Cruzeiro ao Mosqueiro" - Trabalhos previstos - 1.104.654\$00

- Auto nº 5, "Caminho do Cruzeiro ao Mosqueiro" - Trabalhos previstos - 1.721.700\$00

- Auto nº 2, "Arruamento de Acessos às Escolas" - Trabalhos previstos - 1.387.000\$00

- Auto nº 4, "CM 1499 - Silveira a Carrazedo" - Trabalhos previstos - 599.000\$00

- Auto nº 5, "CM 1499 - Silveira a Carrazedo" - Trabalhos previstos - 289.100\$00

- Auto nº 13, "Conservação e melhoramentos em outras estradas" - Trabalhos previstos - 106.500\$00

- Auto nº 14, "Reparação, beneficiação e pav. de 6 caminhos" - Trabalhos previstos - 948.260\$00

- Auto nº 4, "Beneficiação e pavimentação de 9 estradas e caminhos em Domelas e Silva Escura" - Trabalhos previstos - 2.277.400\$00

- Auto nº 5, Beneficiação e pavimentação de 9 estradas e caminhos em Domelas e Silva Escura - Trabalhos previstos - 2.352.250\$00

- Auto nº 6, "Beneficiação e pavimentação em 9 estradas e caminhos em

Domelas e Silva Escura" - Trabalhos previstos - 2.320.250\$00

- Auto nº 12, "Beneficiação e pavimentação de 6 caminhos em Talhadas, Cedrim e Paradela" - Trabalhos previstos - 881.000\$00

- Auto nº 11 "Beneficiação e pavimentação de 8 caminhos em Couto de Esteves e Rocas" - Trabalhos previstos - 224.820\$00

* Caminho da Ramolha, em Silva Escura - Aquisição e demolição de um palheiro: Deliberado fazer referida aquisição pela importância de 100 contos, para alargamento de um caminho de acesso à Cabreea.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

1- Informação prévia

Primeiro- Foi emitido parecer favorável aos seguintes pedidos:

- De Agostinho Martins de Matos, da Ereira - Talhadas;

- De Gil Manuel Martins Coutinho, desta Vila;

Segundo - Indeferir o pedido apresentado por João Martins de Barros, da

Senhorinha, por alterar a estética da cobertura.

2- Projectos de arquitectura

Primeiro- Foram deferidos os seguintes projectos:

- De José Alberto Henriques Martins, de Porto Carro - Pessegueiro do Vouga;

- De António Coutinho Tavares, do Sobral - Sever do Vouga;

- De Amindo Martins Rodrigues, de Nespereira de Cima - Rocas.

3- Aprovações definitivas: Foram aprovados, definitivamente, os seguintes projectos de arquitectura:

- De António Pereira de Lima, do Porto Carro - Pessegueiro do Vouga;

- De Albano Amaral e Macedo, do Peso - Sever do Vouga.

* Destaque : Aprovado o pedido de Reinaldo Martins Amaral

* Comissão de vistorias: Deliberado que o Fiscal Municipal substitua o Arquitecto, enquanto este não regressar.

Sr. Munícipe:

De acordo com a nova lei todas as obras de construção ou reconstrução, ainda que ligeiras (muros, coberturas, placas, anexos, etc...) carecem de prévio licenciamento municipal.

Dirija-se sempre à Câmara antes de iniciar quaisquer obras.

Evite as queixas e denúncias de outros munícipes ... e assim as pesadas multas que a nova lei estipula.

Não queremos multar ninguém!

Colabore connosco.

**NÃO COMPRE TERRENO
PARA A SUA CASA
SEM CONSULTAR
A CÂMARA MUNICIPAL.**

Sr. Munícipe:

Licencie as suas obras.

Não utilize chapas zincadas e análogas nas coberturas de quaisquer construções.

Tais coberturas não são admitidas a não ser em casos pontuais, como coberturas de unidades ou pavilhões industriais.

Evite as multas e queixas dos vizinhos.

Não descaracterize a paisagem! Não desvalorize as propriedades vizinhas!

Reboque sempre as paredes de tijolo.

Evite as transgressões!

Colabore para a prevenção da beleza da sua terra!



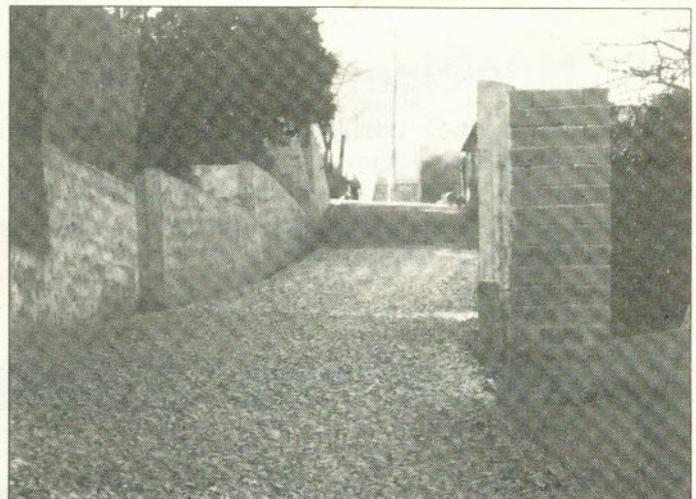
Rectificação da estrada de Zevedinho a Cedrim
(2ª Fase da ligação de Paradela a Cedrim).



Caminho da Ereira — Talhadas.



Zona Industrial de Talhadas.



Caminho de acesso às Póvoas — Sever do Vouga —
pavimentação.



Caminho do Folharido aos Felgares — obras acessórias —
construção de valetas.



SE HOVER UM INCÊNDIO,

- LIGA PARA O 115, E CHAMA OS BOMBEIROS.
- AVISA TAMBÉM TODAS AS PESSOAS DA CASA.

SUPLEMENTO DO JORNAL REGIONAL "TERRAS DO VOUGA"
3740 SEVER DO VOUGA